



A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO SUJEITO

Ricardo Nery Falbo¹
André Matheus²

Resumo:

Este artigo tem por objetivo problematizar a história do movimento social Chiquinha Gonzaga, ocupação urbana localizada na zona central do Rio de Janeiro. A história desta Ocupação foi definida pelo discurso de um de seus organizadores e revelou o caráter complexo do processo de conscientização de seus ocupantes. A linguagem do discurso revelou prática política que distinguia os sujeitos entre “educadores” e “educandos”. Esta prática ocorreu em reuniões para a formação e em assembleias para a consolidação da Ocupação. Ela traduziu concepção mecânica e orgânica na constituição do sujeito político com a inclusão e a exclusão da história deste sujeito.

Palavras-chave: Chiquinha Gonzaga; Ocupação Urbana; Consciência Crítica; Sujeito Político; Processo de Educação

THE HISTORY OF THE OCCUPATION CHIQUINHA GONZAGA: TOWARDS AN ANALYSIS ON THE PROCESS OF AWARENESS OF THE SUBJECT

Abstract:

This article has for objective to problematize the history of the urban movement Chiquinha Gonzaga, located in the central area of Rio de Janeiro. The history of this Occupation was defined by the speech of one of its organizers, and it revealed the complex nature of the process of the occupants' awareness and distinguished the subjects between “educators” and “educatees”. This practice was adopted in meetings for formation and in assemblies for consolidation of this Occupation. It translated mechanical and organic conception in the political subject's constitution with the inclusion and the exclusion of the history of this subject.

Keywords: Chiquinha Gonzaga; Urban Occupation; Critical Conscience; Political Subject; Education Process

1- INTRODUÇÃO

¹ Pós-doutorado em sociologia urbana pela Université Paris 2. Professor de Sociologia Jurídica na Graduação e de Epistemologia das Ciências Sociais na pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: neryfalbo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4954-4696>.

² Mestre em Direito na Linha de Teoria e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço eletrônico: andrematheus@fmmsa.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5024-0780>.



Este trabalho parte de duas ideias gerais e incomuns no campo da investigação jurídica. Primeira: todo problema de pesquisa científica resulta da articulação de problemas reais, ou como tais percebidos, nos campos teórico-científico e prático-social. Segunda: toda formulação teórica está ancorada na realidade prática da qual faz parte. Os pressupostos teórico-epistemológicos que estão na base destas ideias são igualmente incomuns no campo do Direito e podem também ser definidos de forma genérica. Eles supõem a natureza dialética da relação entre teoria e prática como expressão não apenas das contradições existentes *entre* estas realidades, mas também como realização das contradições constitutivas e presentes *nas* realidades “teoria” e “prática”.

Este conjunto de ideais define a pesquisa científica como atividade cognitiva complexa cuja organização e desenvolvimento dependem de arcabouço teórico-metodológico que suponha e traduza tanto a dialética como o dualismo. Neste sentido, a construção do problema de pesquisa neste trabalho parte da apresentação e descrição de problemas existentes ou percebidos como tais na realidade concreta de pessoas empíricas quanto às suas vivências e experiências numa situação específica e conflituosa de habitação na Cidade do Rio de Janeiro. Referida à dimensão prático-empírica na formulação do problema de pesquisa, esta etapa inicial constitui a regra do método que define a etapa seguinte da atividade científica como atividade teórico-abstrata da ciência que opera como processo de perspectivação intelectual do pesquisador quanto a quadros teórico-metodológicos institucionalmente problemáticos ou problematizáveis no mundo acadêmico em que eles existem como referência da própria pesquisa.

De forma específica, a construção da realidade “prática” neste trabalho está referida ao movimento popular urbano por moradia denominado “Ocupação Chiquinha Gonzaga”. Desde 2003, ele ocupa o antigo prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Rio de Janeiro, situado na Rua Barão de São Félix, nº 110, na zona central da capital fluminense. Aqui, a história não é definida nem por sua evolução nem por sua cronologia nem tampouco por seus acidentes. A perspectiva histórica aqui adotada significa que “não há história sem discurso [e que] discurso é produção de sentidos (ORLANDI, 1990, p.14). A história da Ocupação Chiquinha Gonzaga – ou o discurso que constitui a história desta Ocupação - é definida segundo a compreensão do sentido do processo de conscientização que caracteriza a prática política deste movimento urbano por moradia quanto a dois momentos específicos: o de sua formação e o de sua consolidação. A “materialidade específica do discurso” (ORLANDI, 1990, pp 28-29) é também a materialidade da história e da linguagem que definem o sujeito do discurso.

Identificado na pesquisa exploratória como encarnando falas e momentos diversos na história da Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa é considerado como o sujeito “impessoal” do discurso e da linguagem da história desta Ocupação. Com trabalho formal e moradia formal – e tendo estudado direito na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) -, ele morou de 2003 a 2006 na Ocupação e desempenhou a função de “organizador” quanto aos momentos da formação e da consolidação da Chiquinha Gonzaga. Foi na condição de organizador desta Ocupação que, em março de 2018, durante a realização de entrevistas semiestruturadas, ele fez duas afirmações que permitiram pensar o caráter problemático da articulação entre processo de conscientização e prática política no campo das ocupações em geral e da Ocupação Chiquinha Gonzaga em particular. Primeira: “Na verdade, a meta era que a gente queria fazer um movimento mais consistente. Então, a gente procurava conscientizar as pessoas”. Segunda: “(...) muita gente ia nas reuniões e depois não teve coragem de ir [tomar parte da ocupação] (...)”.

No primeiro discurso, a linguagem de Orlando Costa traduz principalmente a importância da conscientização das pessoas associada à preocupação com a fundamentação e a concretização da Ocupação. Na segunda, a linguagem mais parece remeter ao desapontamento possível de Costa quanto à constatação de uma situação de fato. O caráter problemático da relação entre processo de conscientização (consciência) e prática política (ocupação) é aqui definido como expressão da linguagem contraditória e paradoxal do organizador da Ocupação que procede segundo uma consciência que é a um só tempo orgânica (includente) e mecânica (excludente). Que fator principal pode explicar a diferença entre o número de pessoas presentes às reuniões públicas de conscientização para a Ocupação e o número de pessoas que efetivamente compareceram para tomar parte deste movimento? Este tipo de pergunta permite questionar a relação entre “conscientizador” e “conscientizado” quanto à natureza deste vínculo. A legitimidade deste questionamento diz respeito ainda ao fato de que as “assembleias” de conscientização foram sistemática e comumente realizadas após a realização da Ocupação, durante todo o processo de consolidação da Chiquinha Gonzaga.

No discurso de Orlando Costa, a linguagem “a gente” e “as pessoas” garante pensar a existência de um dualismo como relação que opõe de forma radical um “nós” - que tem conhecimento, que sabe e sente e que possui história - a um “eles” - que não tem conhecimento, que não sabe e não sente e que não possui história. Nestes termos ontologizantes, momentos e dimensões da prática da conscientização política objeto do discurso de Orlando Costa podem ter contribuído para a realização da Ocupação Chiquinha



Gonzaga de forma paradoxal, com a produção ao mesmo tempo de “inclusão” e de “exclusão” de pessoas das camadas mais populares sem moradia presentes nas reuniões públicas de conscientização.

Neste trabalho, a perspectivização teórico-intelectual referida à problemática do processo de conscientização quanto à Ocupação Chiquinha Gonzaga é realizada com base no uso das categorias “educador”, de Paulo Freire, e “intelectual”, de Antonio Gramsci. Para o primeiro, a condição de teorização da experiência do educando pelo educador consiste em “testar a sua forma dialética de pensar na *práxis* com o povo” (FREIRE, 2004, p.126). Para o segundo, “o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (...). Não se faz política-história (...) sem essa conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1995, pp.138-139). Referidas a configurações histórico-sociais distintas, as categorias de pensamento acima aproximam relativamente Freire e Gramsci quanto à crítica que fazem aos que realizam a tarefa de produzir teoria na sua relação com a prática. Tanto para Freire como para Gramsci, o problema na produção desta relação reside antes de mais nada na própria consciência do sujeito do conhecimento (educador e intelectual). Este problema diz respeito ao dualismo como ruptura na consciência deste sujeito que procede sem dialetizar e sem compreender sua relação com o outro e com a realidade deste outro.

Com base no confronto de categorias tanto teóricas quanto práticas, o objetivo deste trabalho consiste em investigar a natureza problemática do processo de ocupação e de consolidação do movimento urbano Chiquinha Gonzaga referido ao sentidos práticos da linguagem “conscientização” presente no discurso de Orlando Costa. Do ponto de vista metodológico, este objetivo opera como meio de investigação da hipótese segundo a qual o discurso que descreve a Ocupação Chiquinha Gonzaga é o mesmo discurso que narra a constituição da história deste movimento urbano segundo uma consciência que é e não é ao mesmo tempo dual e dialética e que se ignora como tal. Assim, é possível afirmar que o discurso de Orlando Costa revela o sentido de uma consciência que é a um só tempo orgânica e tradicional, includente e excludente, mesmo sem ter consciência da complexidade desta consciência. É esta unidade entre dualidade e dialeticidade que constitui resposta ao questionamento formulado neste trabalho com base na perplexidade de Orlando Costa quanto à participação popular no movimento Chiquinha Gonzaga.

Para o Direito, a importância da discussão teórica sobre a consciência do sujeito ancorada na realidade prática consiste em *ampliar* a agenda da pesquisa jurídica tradicional para além dos limites definidos por matrizes teórico-metodológicas de natureza positivista. O

que justifica esta abordagem – que não constitui ameaça necessária de desintegração da identidade do Direito enquanto disciplina moderna que se pretende científica – é a exigência do estudo do direito pelo Direito no século XXI como fenômeno complexo e multifacetado que não é território exclusivo nem monopólio absoluto de outras áreas do saber tradicional. E uma das dimensões do direito assim concebido neste trabalho está referida à relação que articula “sujeito de direito” (movimento urbano) e “direito do sujeito” (ocupação). A compreensão do direito à moradia supõe a compreensão do sujeito deste direito quanto ao processo de sua própria constituição como sujeito. E a variável que emerge da prática do direito como objeto de perspectivação teórica é a “consciência do sujeito”. Assim, o direito é concebido em sua relação com o processo de subjetivação do sujeito. Nestes termos, a “teoria do sujeito” proposta neste trabalho não exclui a importância e o papel da “teoria do direito” presente no Direito.

2- Ocupação Chiquinha Gonzaga: Uma História Constituída pelo Discurso

“A gente tinha um método de trabalho”. Esta foi a primeira afirmação feita por Orlando Costa quando ele começou a descrever o modo como foi organizada a Ocupação Chiquinha Gonzaga. A organização desta Ocupação pressupôs um “sujeito múltiplo” de ação e uma estratégia consciente de atuação. Na descrição deste sujeito, Orlando recorreu à distinção entre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em São Paulo, como sendo “um negócio massivo”, e os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia no Rio de Janeiro, como sendo “ocupação menorzinha”. Quanto ao que chamou de “método de trabalho”, Orlando assim caracterizou o modo de atuação do “sujeito múltiplo”: “(...) tinha um foco muito grande na organização de base, na conscientização.”

Assim, a história da Ocupação Chiquinha Gonzaga é narrada segundo sua vinculação a práticas e experiências que definem a atuação de movimentos sociais ligados à questão da habitação no País. A ênfase nas categorias práticas “organização de base” e “militância política” descreve a relação dinâmica e recíproca que articula “método de ação” e “sujeito de ação” na explicação do surgimento da Ocupação Chiquinha Gonzaga. “Tem uma comissão que tem alguma influência técnica (...), [com alguma] pessoa ligada ao direito que faz uma avaliação. Na verdade, a gente faz uma avaliação política também.” A afirmação da existência de uma comissão técnica e de uma comissão política correspondeu à preocupação dos organizadores da ocupação quanto ao modo pelo qual foi preciso articular de forma estratégica a natureza jurídica do imóvel a ser ocupado (a Chiquinha Gonzaga estava numa



situação de “limbozinho jurídico) e a definição política de seu proprietário (“ninguém sabia quem assumiu [o imóvel]”). O relato abaixo é ilustrativo da natureza complexa entre as dimensões jurídicas e políticas no processo de ocupação do imóvel da Chiquinha Gonzaga. Enquanto parte do “método de trabalho”, “a malandragem” dos organizadores quanto ao uso político da natureza jurídica do imóvel no momento da ocupação não impediu a reação da força de ordem: “Teve polícia. A polícia botou pistola na cara. Ameaçou pra sair. Aí teve um período em que a gente ficou preparando pra resistir. Se viesse a ter desocupação, o pessoal tava preparando resistência mesmo”.

Além da orientação técnica e política como dimensões do “método de trabalho”, Orlando Costa articula de modo claro a importância social e econômica da escolha do local da ocupação com a necessidade de enfrentamento da situação de precarização dos ocupantes: “No centro da cidade, um local que tava muito abandonado, e aí a gente queria. Assim, para a pessoa que tá numa situação meio precária, morar perto do centro é uma grande ajuda, né?”. Morar no centro do Rio de Janeiro implica estrategicamente ter acesso à infraestrutura da cidade (comércio, transporte, trabalho) e fundamenta politicamente a decisão dos organizadores quanto ao local da ocupação. A orientação política específica quanto à ocupação particular de prédio abandonado no centro da cidade do Rio de Janeiro transcende os limites tanto da questão da habitação popular das camadas mais pauperizadas da capital fluminense como da atuação mais individualizada dos organizadores e ocupantes iniciais da Chiquinha Gonzaga. A orientação política da Ocupação Chiquinha Gonzaga foi “conduzida” por agremiação política determinada. “Quem organizou lá foi a FLP”, a Frente de Luta Popular, da qual fazia parte Orlando Gomes. “A gente fez movimentos (...) ligados à chacina de Vigário Geral. Tinha dia de luta do povo contra a violência, ligado à violência contra as favelas”. Quanto à orientação e à atuação da FLP, à questão específica do problema da habitação popular no centro do Rio de Janeiro quanto à Ocupação Chiquinha Gonzaga se somava a questão mais geral do problema da violência contra as camadas mais pobres da população da cidade que moram em favelas. Assim, movimento de ocupação e movimento de protesto são movimentos políticos orgânicos e solidários.

Ao descrever de forma específica o resultado das “orientações” quanto à definição do dia e do modo de realização da ocupação Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa opõe dois métodos – um aberto e um fechado -, duas cidades – Rio de Janeiro e São Paulo – e dois estilos – um soviético (com panfletagem) e um não soviético (com reuniões em lugares públicos). Como forma de preparação da ocupação por meio da conscientização da necessidade de ocupar, a realização de reuniões em lugares públicos referida à forma

“combinada” das mesmas permite pensar que as reuniões eram realizadas com certa frequência, continuidade e proximidade. No entanto, o “estilo combinado” de realização das reuniões diz respeito principalmente à articulação de diversos espaços públicos da cidade. É quanto à descrição desse estilo que Orlando Costa aponta a origem histórica do núcleo originário da Ocupação Chiquinha Gonzaga: “A maioria das reuniões foi na região do centro mesmo.... Teve assim um grupo de organização original. Foram os camelôs ali do Largo do Machado”. Associada ao “método de trabalho”, a definição do “estilo combinado” permite descrever a natureza da composição da base da Ocupação Chiquinha Gonzaga: moradores sem teto e sem trabalho formal. Por outro lado, a informalidade conhecida por estes moradores é reveladora de suas vivências e experiências quanto a ocupações e a expulsões anteriores. Em suma, o núcleo inicial da Ocupação Chiquinha Gonzaga possui história própria.

Na tentativa de descrever o modo como se articulou a relação entre esse núcleo inicial, originário da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e as pessoas conscientizadas nas reuniões realizadas no centro da capital fluminense, Orlando Costa revela como que a produção de uma “ordem” quanto ao momento da ocupação – que, segundo ele, contabilizou cerca de trinta pessoas, das quais 15 eram militantes políticos – de acordo a distinção clara entre um “Nós” e um “Eles”, bem como associa o modo inicial da ocupação às características e condições do prédio a ser ocupado: “Era um prédio completamente [abandonado]. (...) Aí, no início, a gente ocupava e ficava no térreo, dormindo, tipo num alojamento coletivo”.

Como parte da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, o papel das reuniões nos espaços públicos ocupa lugar central. A narrativa de Orlando Costa a este respeito revela também a concepção que possuíam os dirigentes das reuniões acerca do próprio “movimento” que procuravam realizar: “a gente procurava também dar uma conscientizada. (...) Falava de capitalismo (...). E falava as coisas mais práticas, né? (...) Falava coisas também pra as pessoas terem segurança, que [a ocupação] não (...) era uma aventura (...) pra demonstrar que a gente sabia o que tava fazendo”. Com o papel de conscientização e sensibilização daqueles que poderiam vir a tomar parte da ocupação, as reuniões públicas constituíam momento e espaço de representação da ocupação como movimento social consciente. Não sendo descrita como uma “aventura inconsequente”, e sim como um “movimento consciente”, os dirigentes das reuniões se orientavam por perspectiva instrumental. Definindo a ocupação como sendo um meio para um fim, eles procuravam gerar a segurança necessária capaz de sensibilizar e recrutar “pessoas” para concretizar o projeto da ocupação. Este processo de conscientização e de produção de segurança para a ocupação, tal como descrito por Orlando Costa, apoiava-se



num discurso que articulava dimensões tanto práticas – referidas ao planejamento em si – como teóricas – referidas ao sistema capitalista – e orientava-se pela distinção entre “dirigentes” (“a gente”) e “dirigidos” (“as pessoas”).

“É, muita gente ia nas reuniões e depois não teve coragem de ir [tomar parte da ocupação], né?”. Esta fala de Orlando Costa permite pensar duas situações. Primeira: se as reuniões públicas alcançaram de fato sua “meta” quanto à produção de consciência e segurança junto a seus participantes. Segunda: se a conscientização buscada nas reuniões públicas não esbarrou na consciência “própria” de muitos participantes. Este fato permite questionar o modo como ocorria a relação entre “a gente” (os organizadores) e “as pessoas” (o público) e como eram abordadas as questões “teóricas” (o capitalismo, por exemplo) e “práticas” (o planejamento, por exemplo). “A gente também vai desenvolvendo todo um método de falar essas coisas numa linguagem popular, né? Óbvio que a gente evita usar categorias que... é tem toda uma tradução. Às vezes, coisa que o cara fala na academia a gente bola um jeito de falar aqui no popular, né?”. Ao descrever o método adotado nas reuniões públicas, segundo a distinção entre o mundo acadêmico e o mundo social e a tradução em linguagem popular de categorias teóricas e práticas, Orlando Costa inscreve na relação entre o “nós” (a gente) e “eles” (as pessoas) uma outra personagem, “o acadêmico”. Neste momento e neste espaço representados pelos espaços públicos, o “nós”, ou “a gente”, enquanto organizadores conscientes de um movimento consciente, desempenham o papel de “mediadores” na tradução ou explicação, por exemplo, do que é o capitalismo. Como processo complexo, a mediação supõe também a tradução da produção dos próprios mediadores, de seus instrumentos de conscientização e divulgação das ideias do movimento, o que fica evidenciado nesta fala de Orlando Costa: “O nosso jornal, por exemplo, é jornal de movimento; é geralmente ‘a verdade operária’; ‘papo reto’ nada mais é que ‘a verdade’ em linguagem popular, né?”.

Etapa do momento de pós-ocupação diz respeito à realização de “assembleias”, agora com o objetivo de garantir a permanência no prédio por meio da resistência diante da ameaça de retomada do imóvel. “A assembleia era direto! Ela ficou muito tempo que era todo dia e depois, durante muito tempo, que era toda semana. (...) No início, foi bem uns 15 dias. Tinha uma de manhã e uma de noite. (...) Era uma imersão total. A assembleia era com todo”. Este relato de Orlando Costa traduz a importância e o papel das “assembleias” como etapa ou momento do “método de trabalho” adotado e desenvolvido pela Ocupação como condição de realização de seu principal objetivo. O caráter quase permanente e constante de sua realização em momento historicamente decisivo na consolidação da Chiquinha Gonzaga se confunde

com a formação da Ocupação enquanto “coletivo”, do qual “todo o mundo” participa. “Então, era muita assembleia, direta. Principalmente, no início, tinha assembleia. No início, na ocupação, que tinha aquela tensão de resistência, (...) tinha assembleia duas vezes por dia e durante bem uns meses ficou assim”. Um dos pontos de pauta das assembleias era quanto ao método de resistência, e o método vitorioso foi o chamado “método da tartaruga”. “A gente devia fazer assim, coisa pra impedir, cimentar porta, coisa assim, pra não ter como entrar. Nós chegamos a ter lá, juntar assim, uma quantidade de comida maior pra [garantir a resistência]”.

Ao afirmar que a Chiquinha Gonzaga foi “a mãe das ocupações” no centro da cidade do Rio de Janeiro, Orlando Costa pretendeu dizer que as ocupações que surgiram depois - Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Machado de Assis – eram “filhas da Chiquinha Gonzaga” porque “gestadas” e “saídas” dela. Afinal, a Chiquinha Gonzaga “era o local da organização das outras [ocupações]”. No entanto, como deixa claro Orlando Costa, a relação entre a “ocupação-mãe” e as “ocupações-filhas” não foi de natureza mecânica, passiva e natural. Quanto às “outras ocupações, já foi bem mais difícil, porque aí já tinha alguma polícia civil acompanhando o movimento. Então, a Zumbi dos Palmares, na primeira vez que a gente tentou, já tava cheia de polícia no local, e a gente não sabe até hoje como é que eles descobriram”. Essa tentativa frustrada de fundação da ocupação Zumbi dos Palmares levou seus organizadores a mudarem o “método de trabalho”. “Aí nós fizemos uma operação lá militar pra conseguir entrar da segunda vez”. O caráter militar dessa operação consistia na realização da ocupação em “dia aleatório” a ser decidido em “comissão fechada”, isto é, o dia da ocupação seria decidido para o mesmo dia e contava apenas com a participação dos presentes na reunião realizada pela comissão. Como parte da “operação militar”, foram definidos “cinco caminhos diferentes” entre a Chiquinha Gonzaga e o prédio onde se formaria a Zumbi dos Palmares a serem percorridos de modo a calcular “o tempo que demorava pra fazer aí no dia [aleatório]”. Orlando Costa atribuiu o caráter “ousado” desta operação a dois aspectos. Primeiro: o prédio a ser ocupado ficava próximo da Sede da Polícia Federal. Segundo: lacrada a entrada do prédio, os ocupantes tiveram de fazer uso de marreta. No entanto, a satisfação foi o fato de que “saiu na primeira página de todos os jornais no dia seguinte”. Tal qual a ocupação da Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa reconheceu a distinção entre “a gente” e “as pessoas” quando o assunto era definir o número de participantes na ocupação da futura Zumbi dos Palmares: “o grupo foi grande. Esse aí tinha mais de 50 pessoas. Também de organizador tinha mais de 20 pessoas”. Preocupação que surgiu na preparação da ocupação da Zumbi dos Palmares revelou o problema do “vazamento de informação” referido ao problema da “confiança nos participantes”. “Então, a gente tinha



formas objetivas de controlar isso. Então, envolve ter um número de pessoas de confiança e mais ou menos disciplinado, né?”. Isto significava dizer que, se, no “dia aleatório”, alguém dissesse ‘hoje não vai dá pra mim, não’, a referida pessoa era colocada numa espécie de “carcerzinho privado durante bem uma meia hora ali “. Ou poderia mesmo ser impedida de sair caso decidisse não participar da ocupação. “Mas, é assim, não foi nada violento. A gente sentava e conversava “.

No entanto, a própria organização reconhece que “algumas vezes têm que expulsar mesmo (...). No final, só três caras foram expulsos”. A expulsão teve por motivo comportamento que comprometia não apenas “a causa” do movimento, mas principalmente a existência da ocupação: “eles tavam querendo, tipo, tomar o controle da ocupação pra vender quarto, entendeu?”. Orlando Costa distinguiu desta situação a hipótese segundo a qual “o cara foi morar em Minas (...) [e] vendeu a posse dele.” Em suma, “a gente [da organização] era contra, mas teve alguns casos que passaram, né?”. Desta situação, Orlando Costa distingue ainda os casos em que “outros caras queriam lucrar com isso”. Para ele, o que estava em jogo era a “lógica da distribuição pela assembleia” do espaço da Ocupação, que se orientava pelo princípio do não pagamento de dinheiro para o ingresso – ou saída – da Chiquinha Gonzaga. “É, eu tinha [onde morar]. Eu tava lá só pra organizar, né? Eu, quando saí [depois de três anos], devolvi o quarto para o coletivo. Foi dedicado para outra família”, afirmou Orlando Costa. No entanto, esta não era a situação de todos os membros da organização. Como lógica do funcionamento da Chiquinha Gonzaga pós-ocupação, a “lógica da distribuição pela assembleia” definia quem era admitido ou não a morar na Ocupação, segundo critérios distintos e diversos que revelam a composição da Chiquinha Gonzaga: “A gente foca muito assim, a mãe com vários filhos, ter filhos, ser mulher também, hipossuficiência, a pessoa que tem problema de saúde, coisas assim... e sem moradia”.

3- Realidade Prática, Discurso e Perspectivação Teórica

A complexidade que caracteriza o ocupante-organizador Orlando Costa através de seus próprios relatos define o problema real e concreto da Ocupação Chiquinha Gonzaga acerca da natureza da relação entre pensamento e ação, entre consciência crítica e ação política, problema esse que pode ser ilustrado pela surpresa de Orlando Costa diante do baixo número de ocupantes no momento histórico de fundação da Ocupação, quando comparado com o número de presentes nas assembleias de conscientização. Dupla é a perspectivação teórica deste problema. Em Antonio Gramsci, ela está referida à hipótese de que “a

identificação de teoria e prática é um ato crítico” (GRAMSCI, CC, 1, p. 260). Em Paulo Freire, ela diz respeito ao reconhecimento de que “um método ativo [que] ajude o homem a se conscientizar (...) de sua problemática (...) se instrumentalizará para as suas opções” (FREIRE, 2005, p. 136).

Quanto à rubrica “método de trabalho”, Orlando Costa não procede a distinções e oposições rígidas quanto às dimensões e sentidos da realidade com os quais ele se vê confrontado, o que é válido igualmente quanto à concepção de “sujeito coletivo” presente em sua narrativa. Quanto a estas realidades e sentidos, ele deixa antever a ideia de “imbricamento” na caracterização de processos reais que se relacionam de forma dinâmica na realidade histórica da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Neste sentido, a expressão “método de trabalho” será aqui interpretada segundo a ideia que resulta da crítica que o autor de *Cadernos do Cárcere* faz à dicotomia “sociedade política-sociedade civil”. Considerando que estas realidades são momentos constitutivos do “Estado Integral”, Gramsci rejeita a ideia de “distinção metódica” e afirma a de “distinção orgânica” (GRAMSCI, CC, 3, p. 47) entre “sociedade política” e “sociedade civil”. Para ele, a distinção orgânica significa que sociedade política e sociedade civil constituem uma mesma realidade na vida histórica concreta. A natureza da relação que define a unidade orgânica entre os momentos do Estado Integral pode ser pensada segundo a definição gramsciana do conceito “dialética” para explicar a relação entre estrutura e superestrutura como “reciprocidade que é justamente o processo dialético real” (GRAMSCI, CC, 1, p. 250).

Para o autor de *Educação como Prática da Liberdade*, cabe à educação crítica tornar o homem “capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade” (FREIRE, 2005, p. 139). Em *Pedagogia da Tolerância*, Freire afirma o caráter “mágico” do processo de conscientização do homem que se orienta pelas perspectivas do “subjetivismo” idealista e do “objetivismo” mecanicista. “Ambas estas formas de entender a realidade pecam por sua antidialeticidade. (...) a Ação Cultural para a libertação (...) impõe, necessariamente, uma ‘travessia’ que mediatiza a subjetividade e a objetividade, que jamais, por sua vez, podem ser dicotomizadas” (FREIRE, 2005, pp 124-125). Assim, viver a realidade decorrente da oposição entre “sociedade política” e “sociedade civil” e compreender a realidade segundo a dicotomia que opõe subjetivistas e objetivistas seriam o resultado da “captação mágica ou ingênua” do homem produzido por uma educação tradicional e acrítica. Assim, o que é distinção orgânica para Gramsci é distinção crítica para Freire em torno da aceitação comum da categoria “dialética”.



O caráter orgânico e crítico das realidades e sentidos que se desenvolveram dialeticamente na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, em referência ao que Orlando Costa denominou “método de trabalho”, caracteriza igualmente as realidades e sentidos que se constituíram de forma dialética em referência ao “sujeito coletivo” quanto às relações históricas estabelecidas entre “organizadores dirigentes” e “ocupantes dirigidos” na história da Ocupação. Do ponto de vista orgânico e crítico, a relação dialética, histórica e concreta, entre “método” e “sujeito” – e suas realidades e sentidos específicos –, na formação e consolidação da Ocupação, é expressão de “uma mesma coisa” e da superação da “captação mágica ou ingênua”, ao mesmo tempo. Na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, segundo a narrativa de Orlando Costa, a “identidade” entre “método de trabalho” e “sujeito coletivo”, referida à relação histórica entre “processo de conscientização” e “atuação política”, permite afirmar o papel de mediação que desempenha a “consciência crítica” na produção daquela “identidade”. A “consciência crítica” com caráter de mediação no mundo define a unidade de análise neste trabalho. Sua perspectivação teórica será feita segundo as categorias “intelectual”, de Antônio Gramsci, e “educador”, de Paulo Freire.

4- O Intelectual de Antonio Gramsci e o Processo de Conscientização

“Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, CC, 2, p. 15). Considerando que a distinção entre intelectuais – orgânicos e tradicionais – fundamenta problemas distintos e pesquisas históricas diversas, o autor de *Cadernos do Cárcere* reconhece tratar-se de “erro metódico” a ser evitado o critério de definição de “intelectual” pela natureza de sua atividade (GRAMSCI, Q4, 49, pp. 475 Apud LIGUORI e VOZA, 2017, pp. 430). Articulando passado e presente, Gramsci reconhece na Itália de sua época a presença histórica de intelectuais do passado ao lado da emergência histórica de nova categoria de intelectuais. Estes definem a categoria “intelectual orgânico”; aqueles, a categoria “intelectual tradicional”. A ideia de “espírito de corpo” permite ao autor de *Cadernos dos Cárcere* compreender porque os intelectuais tradicionais se viam e eram vistos na sociedade como grupo social independente – ainda que relativamente – do grupo social dominante. “Chiquinha Gonzaga” não é uma classe social no sentido gramsciano da expressão. Como grupo social específico, sua origem histórica mais remota está associada à

existência de movimentos sociais urbanos por moradia no País que foram organizados com a participação ativa de indivíduos que desempenharam a função política da produção da consciência que operaria como condição da produção de moradia. “Chiquinha Gonzaga” se constitui como sujeito coletivo ao constituir a consciência comum da Ocupação como direito à moradia, e Orlando Costa desempenhou a função de mediação na produção da “ocupação” como “sujeito” e “direito” a um só tempo. Como organizador da Chiquinha Gonzaga, ele se transformou – parcialmente - e foi também agente de transformação – parcial da realidade.

Por um lado, a política configura-se como elemento vital na formação e conscientização do homem. Concebido “como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa”, o homem é definido por Gramsci como sendo ser político. “Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. (...) Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’ (GRAMSCI, CC, 1, p. 406). Por outro lado, a atividade que transforma e dirige conscientemente o homem como ser político depende tanto da definição do “mundo exterior” a ser transformado quanto do modo pelo qual a transformação deste mundo será realizada. “Partir do ‘senso comum’, em primeiro lugar, da religião, em segundo, e, só numa terceira etapa, dos sistemas filosóficos elaborados [pelos] grupos intelectuais tradicionais (GRAMSCI, CC, 1, p. 119). Esta é a metodologia que, como “consciência crítica”, define uma das fases do processo de conscientização, o “inventário” (GRAMSCI, CC, 1, p. 93). Os “métodos de trabalho” relatados por Orlando Costa na realização do processo de conscientização não se caracterizam absolutamente pela metodologia gramsciana do “inventário”. Eles não revelam preocupação aprofundada com o “conhecer-se a si próprio”. Eles se orientam principalmente pela “ideia” que opõe os que possuem consciência e capacidade aos que não possuem estas qualidades. No entanto, os “métodos de trabalho” do “sujeito plural” presentes nas narrativas de Orlando Costa são “pensados” e associados ao processo de produção da transformação externa no cenário da cidade.

“Deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual se a individualidade tem a máxima importância, não é, todavia, o único elemento a ser considerado.” (GRAMSCI, CC, 1, p. 413). Assim sendo, os outros homens constituem elemento na definição da individualidade de todo homem. A individualidade do homem resulta do conjunto das relações ativas entre os homens. No entanto, para o autor de *Cadernos*



do *Cárcere*, “construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações (...). mas importa conhecê-lo geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado” (GRAMSCI, CC, 1, pp. 413-414). A história da formação e da consolidação da Chiquinha Gonzaga não se resume ao processo de produção da consciência dos futuros e potenciais ocupantes de forma independente da história das relações ativas que constituem as individualidades múltiplas e diversas que constuem a Ocupação. A narrativa de Orlando Costa constitui a história desta Ocupação como a história das relações que procura descrever a constituição da Chiquinha Gonzaga como sendo sujeito coletivo, plural e consciente. Ao menos isto é válido quanto ao reconhecimento do “vínculo orgânico” que geneticamente permite descrever esta ocupação como sendo a “mãe” de todas as ocupações e que historicamente garante definir a constituição da ocupação-mãe que é a Chiquinha Gonzaga pela relação que esta possui com seu “núcleo originário”, que é a resultante da remoção de ocupação anterior. Sob esta perspectiva, as individualidades da Ocupação Chiquinha Gonzaga podem ser consideradas como sendo o conjunto histórico das relações ativas que constituem e revelam a humanidade de seus ocupantes. É o resumo de todo este passado que constitui a condição para que a conscientização se constitua como processo de transformação da situação daqueles que não possuem moradia. Como trabalho de educação, o processo de conscientização permite que os organizadores da Ocupação construam o caminho na direção da visão crítica da realidade. Por outro lado, orientados pelo dualismo sem história que opõe “organizadores” e “organizados”, “educadores” e “educandos”, os “métodos de trabalho” que regulam na prática os momentos históricos de pré-ocupação e de pós-ocupação da Chiquinha Gonzaga parecem ignorar a história das relações das individualidades como condição de formação da consciência presente ao mesmo tempo em que constituem os referidos momentos históricos da Ocupação.

Esta relação que articula passado e presente quanto às relações sociais revela o problema da diversidade e da contrariedade destas relações e, conseqüentemente, o problema da existência de consciências diversas e contraditórias dos sujeitos. Daí o problema da produção da síntese como processo de unificação progressivo e o da “consciência histórica autônoma [dos subalternos]” (GRAMSCI, CC, 4, p. 52). O autor de *Cadernos do Cárcere* reconhece que os subalternos – que aqui são considerados como sendo os ocupantes - possuem duas consciências: “uma explícita” e “uma implícita” (GRAMSCI, CC 1, p. 93). A primeira corresponde ao grupo dominante que influencia os subalternos quanto a seu comportamento; a segunda, ao pensamento dos subalternos que é capaz de agregar seus

simpatizantes com o objetivo de mudar efetivamente a realidade. Considerando que os ocupantes enquanto subalternos foram distinguidos nos relatos de Orlando Costa, ao menos quanto ao momento da formação da Chiquinha Gonzaga, entre “militantes políticos” com consciência e “militantes não-políticos” sem consciência, as formas gramscianas de consciência talvez fossem aplicadas à referida classificação segundo ruptura não contemplada pelo pensador sardo. Aos “militantes políticos” corresponderia a “consciência explícita”; aos “militantes não-políticos”, a “consciência implícita”, distinção essa que levaria em conta a importância histórica do “núcleo” de formação da Ocupação.

Assim, para Gramsci, o processo de conscientização abre espaço para que grupos sociais que não detêm o controle do Estado – aqui não identificados de forma absoluta com as classes sociais - possam interferir e modificar aspectos do mesmo sem integrarem a sua estrutura. Seria assim possível produzir novos modos de pensar e atuar, criar novas demandas e garantir o cumprimento de reivindicações, produzir novas normas jurídicas, enfim, realizar novas disputas para além do campo tradicional da sociedade política.

5- O Educador de Paulo Freire e o Processo de Conscientização

“A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (FREIRE, 1970, p. 40). Com base nesta pedagogia humanista e libertadora, o Método de Educação Paulo Freire – de natureza dialética e crítica - busca propiciar alfabetização de forma rápida e consciente de jovens e adultos em contraponto aos métodos que não empregam as experiências dos educandos. Ativo e dialógico, o método de Paulo Freire tem por fundamento a politização e a educação do educando-oprimido. Este método possibilitou a alfabetização de 300 trabalhadores e trabalhadoras no sertão norte rio-grandense em apenas 40 horas, no ano de 1964. Para além de terem aprendido a ler e a escrever, estes trabalhadores e trabalhadoras conheceram a Constituição do Brasil e seus direitos, aprenderam a diferença entre “povo” e “massa”, “cultura” e “natureza”, “voto consciente” e “voto com nome ferrado”. Daí a natureza revolucionária do método de educação e da pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Com o objetivo de politização daqueles que tomariam parte do primeiro momento histórico da “Ocupação Chiquinha Gonzaga”, os “métodos de trabalho” relatados por Orlando Costa não deixam de levar em conta as experiências e as vivências dos “educandos” (moradores sem teto formal, moradores sem trabalho formal, moradores já expulsos de outras ocupações, a



relação histórica entre “ocupação-mãe” e “ocupação-filha”). No entanto, a preocupação em “conscientizar” para “agregar simpatizantes” traduziu a adoção de discurso que, caracterizando o movimento como sendo “consciente” e não “aventureiro”, galvanizou ideias tais como “segurança” e “disciplina”, “controle” e “confiança”, como que ignorando e rompendo com a “natureza dialética e crítica” que define a própria história da Ocupação como a história da violência contra os “subalternos” quanto ao exercício do direito à moradia, e a organização da resistência para evitar a desocupação constitui ilustração deste fato.

Para Freire, seria equivocado imaginar que o processo de conscientização não passaria de etapa preliminar do processo de aprendizado. Afinal, ele considera que o processo de educação como processo de conscientização supõe que o processo de aprendizado já traduza tomada de consciência do real pelo educando. A consciência que adquire o homem da realidade concreta em que ele se encontra - como momento de superação da “ingenuidade” e “da sensibilidade” de sua situação de classe e de afirmação de sua consciência de classe - constitui o processo de aprendizado deste homem como condição do processo de educação conduzido pelo educador. “Desde logo, afastávamos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade” (FREIRE, 2005, p. 136). Isto significa que, nas “reuniões” e nas “assembleias” os ocupantes não seriam “indivíduos” nem sem educação nem sem consciência. O problema revelado pelos relatos de Orlando Costa é o uso sistemático de uma linguagem de natureza mecânica que distingue e opõe os quem têm consciência aos que quem não têm consciência.

O reconhecimento que faz Freire da simultaneidade da formação da consciência crítica do educando e do processo de educação pelo educador se fundamenta na rejeição da explicação da relação que articula “educação pelo educador” e “conscientização do educando” de acordo com a perspectiva mecanicista ou finalista, instrumental ou causal. Ele é afirmado com base na compreensão de que esta relação é de natureza dialética e crítica. Considerando que a conscientização do educando como afirmação de consciência de classe se faz através da articulação simultânea entre a realidade e experiência do aprendizado pelo educador e do educando no mundo e que ela constitui condição fundamental para a mudança revolucionária deste mundo, o autor de *Pedagogia da Tolerância* afirma que “a educação é um ato político (...) [e que] o educador é um político” (FREIRE, 2004, p. 34). Como político, o educador deixa de ser considerado apenas como técnico que se serve de técnicos e da ciência. Por outro lado, a relação dialética e crítica entre “educação”, “consciência” e “aprendizado” deixa claro que o papel de conscientizar dos educadores não significa “ideologizar” ou propor aos

educandos – oprimidos no mundo – “palavras de ordem” como se eles fossem uma tábua rasa na qual seriam inscritas doutrinas diversas. Afinal, a conscientização que abre caminhos para a expressão das insatisfações sociais - componentes reais da realidade da opressão – e para a mudança revolucionária do mundo dos educandos - resulta da *colaboração* – e não da determinação causal ou funcional - com tipo muito particular de educação. “Educação que pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica (FREIRE, 2005, p. 139). Dito de outra forma, para Freire, o processo de educação só existe como processo de conscientização na hipótese em que ele está comprometido com o homem concreto e na medida em que ele prepara este homem para a crítica das alternativas apresentadas pelas elites e lhe possibilita a escolha do melhor caminho a seguir. “Daí, à medida que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso de sujeito, [ele] se instrumentalizará para as suas opções. Aí, então, ele mesmo se politizará” (FREIRE, 2005, p. 157). Se, de um lado, os membros das reuniões e das assembleias não são descritos por Orlando Costa como sendo tábulas rasas, a eles tampouco são apresentadas alternativas reais para que eles possam fazer suas escolhas de forma crítica.

Articulando dialética e criticamente “processos” e “produtos”, “sínteses” e “mediações” entre “educandos” e “educadores”, a conscientização do educando-oprimido revela o papel de “colaborador” da educação e do educador no processo de conscientização enquanto processo de politização do educando. Afinal, a tomada de consciência e de decisão para a ação é momento no processo de conscientização e politização realizado pelo educando. De acordo com Freire, o educando não é politizado pelo educador. Ele simplesmente se politiza. Ele não é constituído como ser político pelo educador. Ele se constitui como sujeito político com a ajuda e colaboração do educador para agir politicamente. Assim, para o autor de *Pedagogia da Tolerância*, a conscientização é sempre ato político do oprimido que se educa para libertar-se da situação de opressão em que ele vive. Neste sentido, ela é sempre “um ato de conhecimento e um método de ação transformadora da realidade através do qual as massas populares são desafiadas a exercer uma reflexão crítica sobre sua própria forma de estarem sendo” (FREIRE, 2004, pp.121-122). Se ação política significa ação transformadora da realidade opressora com a “colaboração” do “educador”, se o movimento de ocupação que é a Chiquinha Gonzaga traduz a produção da realidade libertadora, os relatos de Orlando Costa permitem pensar duas situações. Primeira: os “colaboradores” falharam em sua “missão”. Segundo: nem todos os “educandos” se politizaram.



Para Freire, a colaboração da educação no processo de conscientização do educando consiste na possibilidade de “produção política” pelo educador de categorias práticas capazes de superar no processo de educação o efeito inibidor e ideológico de conceitos abstratos “com certa força mágica, como se, [por exemplo], quando a palavra cidadania fosse pronunciada, automaticamente todos a ganhassem” (FREIRE, 2004, p. 127). Como conceito abstrato e genérico, a cidadania não é uma produção política. Para tanto, ela depende de que “o educador tem de partir da compreensão crítica de sua própria experiência e a do educando. Sem o conhecimento da experiência do educando, o educador falha” (FREIRE, 2004, p. 129). Se os relatos de Orlando Costa não revelam a produção política de conhecimento prático por parte dos “educandos”, eles apresentam a produção política do jornal “papo reto” como meio de tradução de “questões teóricas e abstratas”, assim como o “sistema capitalista”, numa “linguagem popular” para os “educandos”. Esta situação permite questionar a medida em que a *tradução* do teórico em prático por aquele que é egresso do mundo acadêmico de fato levou em conta o campo das experiências e vivências dos “educandos”.

6- CONCLUSÃO

A narrativa de Orlando Costa revelou a existência de problemas reais (político-jurídicos, sócio-econômicos) na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga. No entanto, foi a linguagem da narrativa deste organizador que revelou problemas de outra ordem na história da Ocupação. A expressão mais significativa deste problema foi identificada com a afirmação da existência de um “método de trabalho” que tinha a função de “conscientizar” os ocupantes. Possuindo duas etapas distintas, porém complementares, este método foi adotado nos dois momentos históricos da Ocupação referidos por Orlando Costa: as “reuniões” que preparavam a “formação” da Ocupação e as “assembleias” que se destinavam à consolidação da Chiquinha Gonzaga.

O caráter problemático das etapas do referido método foi reconhecido através da linguagem que revelava preocupação com a história e com a realidade dos ocupantes desta Ocupação ao mesmo tempo em que traduzia oposição mecânica entre os “organizadores” e os “ocupantes”, como expressão de relação formal que opunha “nós que sabemos” a “eles que não sabem”. É a natureza antidualética do processo de conscientização conduzido pelos organizadores que explica a “falha dos educandos” no processo de produção de sujeitos

políticos na fase da pré-ocupação e a “ausência significativa” de agentes transformadores na etapa da formação da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

O modo como o problema construído no pensamento de Freire e de Gramsci foi utilizado neste trabalho não possuiu como objetivo a produção de análise teórica voltada para o “enquadramento” da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga construída com base no discurso de Orlando Costa. Descrito o problema deste trabalho nos termos de como foi percebida a articulação entre “conscientizador” (organizador) e “conscientizado” (ocupante), isto é, como relação capaz de explicar a produção do sujeito político como sujeito da transformação social, as categorias teórico-práticas “educador” e “intelectual” foram mobilizadas com o objetivo operacional de compreender o problema tal como ele foi construído em sua relação com elementos históricos de sua realidade, que foram apresentados e silenciados ao mesmo tempo na narrativa de Orlando Costa.

7- REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
----- . **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
----- . **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
----- . **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
----- . **Cadernos do Cárcere**, vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
----- . **Cadernos do Cárcere**, vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
----- . **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LIGUORI, Guido e VOZA Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista**; discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez Editora, 1990.